



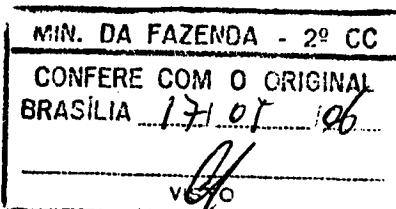
Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 13601.000067/00-54  
Recurso nº : 132.007  
Acórdão nº : 204-01.159



2º CC-MF  
Fl.

Recorrente : TEKSID DO BRASIL LTDA.  
Recorrida : DRJ em Belo Horizonte - MG



**NORMAS PROCESSUAIS. CONCOMITÂNCIA DE DISCUSSÃO JUDICIAL. RENÚNCIA À INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA.** A concomitância da discussão no Poder Judiciário implica em renúncia à instância administrativa de julgamento.

**EXAME DE MATÉRIA CONSTITUCIONAL. ART. 3º DA LEI N° 9.718/98. IMPOSSIBILIDADE.** A apreciação de matéria constitucional é vedada ao órgão administrativo de julgamento, a teor do disposto na Portaria MF nº 103/2002 e art. 22A do Regimento Interno dos Conselhos de Contribuintes.

**Recurso negado.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por TEKSID DO BRASIL LTDA.

ACORDAM os Membros da Quarta Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, **por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso.**

Sala das Sessões, em 29 de março de 2006.

*Henrique Pinheiro Torres*  
Henrique Pinheiro Torres  
Presidente

*Flávio de Sá Munhoz*  
Flávio de Sá Munhoz  
Relator

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros Jorge Freire, Nayra Bastos Manatta, Roberto Velloso (Suplente), Júlio César Alves Ramos, Mauro Wasilewski (Suplente) e Adriene Maria de Miranda.



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 13601.000067/00-54  
Recurso nº : 132.007  
Acórdão nº : 204-01.159

|                         |
|-------------------------|
| MIN. DA FAZENDA - 2º CC |
| CONFERE COM O ORIGINAL  |
| BRASÍLIA 14/07/106      |
| VISÃO                   |

2º CC-MF  
Fl.

Recorrente : TEKSID DO BRASIL LTDA.

## RELATÓRIO

Por bem descrever os fatos, adoto e transcrevo o relatório elaborado pela DRJ em Belo Horizonte - MG:

A contribuinte acima identificada requereu em 17/02/2000, junto à Delegacia da Receita Federal em Contagem/MG, a restituição/compensação de valores recolhidos a título de Cofins sobre outras receitas, período de apuração de fevereiro/99 a agosto/99, com débitos da Cofins do período setembro a novembro/99, fazendo menção ao processo judicial (MS) 1999.38.00.009272-2.

A DRF Contagem/MG analisou a solicitação (Despacho Decisório de fls. 61/62), concluindo pelo indeferimento do pleito, em face da constatação de estar ainda tramitando a precitada ação judicial, conforme fls. 58/60.

Tomando ciência da decisão em 08/06/2004 (fl. 64), a interessada apresenta em 08/07/2004, a manifestação de inconformidade, às fls. 65/76, com as argumentações abaixo sintetizadas:

Incialmente, requer efeito suspensivo ao seu recurso, com relação aos débitos objeto da compensação pleiteada, nos termos do art. 17 da Lei 10.833/03.

Narra os fundamentos do seu pedido, decorrente do Mandado de Segurança impetrado objetivando a concessão da segurança para, relativamente ao período-base de 1999 e subsequentes, ver-se eximida de recolher a Cofins, nos moldes estipulados pelos artigos 2º e 3º da Lei 9.718/98, especialmente pela pretensão de se tributar receitas que não se incluem no conceito de faturamento, garantindo que seu recolhimento seja efetuado com base na Lei Complementar 70/91.

Acrescenta que apreciados os argumentos expendidos na exordial, foi proferida a sentença monocrática, a qual houve por bem conceder parcialmente a segurança para autorizar o recolhimento da contribuição com a base de cálculo nos moldes da LC 70/91, e mantendo a alíquota de 3%. Com base nessa sentença, formulou os presentes pedidos nos quais pleiteia a compensação do crédito gerado pela sentença proferida com outros débitos da mesma Cofins.

Questiona a utilização da Lei Complementar 104/2001 - a qual acrescentou ao artigo 170 do CTN a vedação quanto à compensação de tributo antes do trânsito em julgado da respectiva decisão judicial - para o indeferimento do seu pedido. Entende que sua aplicação somente é possível aos pedidos de compensação originados a partir de sua vigência.

Acrescenta que tal determinação caracteriza ofensa ao princípio da irretroatividade das leis direito, insculpido no art. 105 do CTN, citando doutrina e jurisprudência.

A DRJ em Belo Horizonte - MG manteve a decisão da DRF, e indeferiu o pedido de restituição e não homologou as compensações, em decisão assim ementada:

Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins

Período de apuração: 01/02/1999 a 31/08/1999

Ementa: PIS. COMPENSAÇÃO. OPÇÃO PELA VIA JUDICIAL. NORMAS PROCESSUAIS.



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 13601.000067/00-54  
Recurso nº : 132.007  
Acórdão nº : 204-01.159

|                         |
|-------------------------|
| MIN. DA FAZENDA - 2º CC |
| CONFERE COM O ORIGINAL  |
| BRASÍLIA 17/05/2005     |
| VISTO                   |

2º CC-MF  
Fl.

*A submissão de matéria à tutela autônoma e superior do Poder Judiciário importa em renúncia ou desistência da via administrativa.*

*Impugnação não Conhecida*

Contra a referida decisão, a contribuinte interpôs Recurso Voluntário tempestivo, devidamente acompanhada do arrolamento de bens, nos termos do disposto na Instrução Normativa SRF 264/2002.

É o relatório.



Processo nº : 13601.000067/00-54  
Recurso nº : 132.007  
Acórdão nº : 204-01.159

|                        |
|------------------------|
| N.º DA FAZENDA - 2º CC |
| CONFERE COM O ORIGINAL |
| BRASÍLIA 17/01/06      |
| VISTO                  |

### VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR FLÁVIO DE SÁ MUNHOZ

Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço do recurso.

A concómitância da discussão no âmbito judicial impede o conhecimento da questão na esfera administrativa.

É que, apesar de autônomas as instâncias, a dupla discussão fere o princípio da jurisdição una, estabelecido pelo art. 5º, inciso XXXV da CF/88, conforme bem apontam Marcos Vinícius Neder e Maria Teresa Martinez Lópes<sup>1</sup>.

*Os Conselhos de Contribuintes, no entanto, têm, reiteradamente, decidido que a propositura pelo contribuinte contra a Fazenda Nacional de ação judicial por qualquer modalidade processual, antes ou posteriormente à autuação, com o mesmo objeto acarreta a renúncia às instâncias administrativas ou desistência de eventual recurso interposto<sup>2</sup>, sob o fundamento de que o ordenamento jurídico brasileiro adota o princípio da jurisdição una, estabelecido no art. 5º, inciso XXXV, da Carta Política de 1988.*

E, mais adiante, continuam os renomados autores:

*A superação da ‘renúncia administrativa’ tem-se verificado, no entanto, quando a matéria já está pacificada pelos tribunais superiores. Nesta hipótese, já que não há dúvidas quanto ao desfecho final da lide judicial e, em respeito à economicidade do processo fiscal, os julgadores administrativos têm conhecido e provido os recursos<sup>3</sup>.*

No caso em análise, na data da compensação inexistia definição judicial nos autos do processo ajuizado pela Recorrente.

Não se pode admitir a discussão concomitante nas esferas administrativa e judicial também em face da possibilidade de adoção de decisões conflitantes, o que seria contrário ao ordenamento jurídico, em razão da insegurança de que decorreria de tal situação.

A matéria submetida ao Poder Judiciário, não pode ser apreciada no âmbito administrativo, ainda que os motivos alegados para o afastamento da norma sejam diversos. A preclusão diz respeito à matéria e não aos motivos que justifiquem a tese sustentada.

A Recorrente alega que não seria aplicável à compensação por ela efetuada a restrição contida no art. 170-A, tendo em vista que referido dispositivo foi introduzido no ordenamento após a efetivação da compensação.

Ocorre que o *caput* do art. 170, desde a sua edição, estabelecia que compete à lei estabelecer as condições para que a autoridade administrativa autorize a compensação de créditos líquidos e certos, pelo que a compensação tributária com crédito cuja decisão judicial ainda não tenha transitado em julgado não poderia ser realizada, mesmo antes da introdução do art. 170-A no CTN.

A discussão acerca da constitucionalidade da Lei nº 9.718/98, além de transbordar a competência deste Conselho de Contribuintes, a teor do disposto na Portaria MF 103/02, foi

<sup>1</sup> Processo Administrativo Fiscal Federal Anotado, 2ª ed., São Paulo: Dialética, 2004, pp. 207/208.

<sup>2</sup> Nota de rodapé dos autores: “Neste sentido, veja-se Ato Declaratório Normativo nº 3, de 14 de fevereiro de 1996, e Portaria nº 258, de 24 de agosto de 2001, art. 26”

<sup>3</sup> Op. cit. p. 208



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 13601.000067/00-54  
Recurso nº : 132.007  
Acórdão nº : 204-01.159

|                         |
|-------------------------|
| MIN. DA FAZENDA - 2º CC |
| CONFERE COM O ORIGINAL  |
| BRASILIA 17/05/2006     |
| VISTO                   |

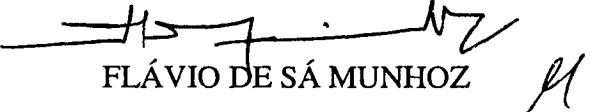
2º CC-MF  
Fl.

submetida à apreciação judicial, razão que impede o seu conhecimento nesta instância administrativa de julgamento.

Por tais fundamentos, voto no sentido de negar provimento ao recurso voluntário interposto.

É como voto.

Sala das Sessões, em 29 de março de 2006.

  
FLÁVIO DE SÁ MUNHOZ